



XXXVIII ENCONSEL

Encontro Nacional dos Contadores
do Setor de Energia Elétrica



COMITÊ TRIBUTÁRIO

19 a 23 de novembro de 2022
Costão do Santinho - SC

TRIBUTAÇÃO DOS POSTOS DE RECARGA DE VEÍCULOS ELÉTRICOS

Edgar Junqueira Freire, Rolim, Viotti, Goulart,
Cardoso Advogados

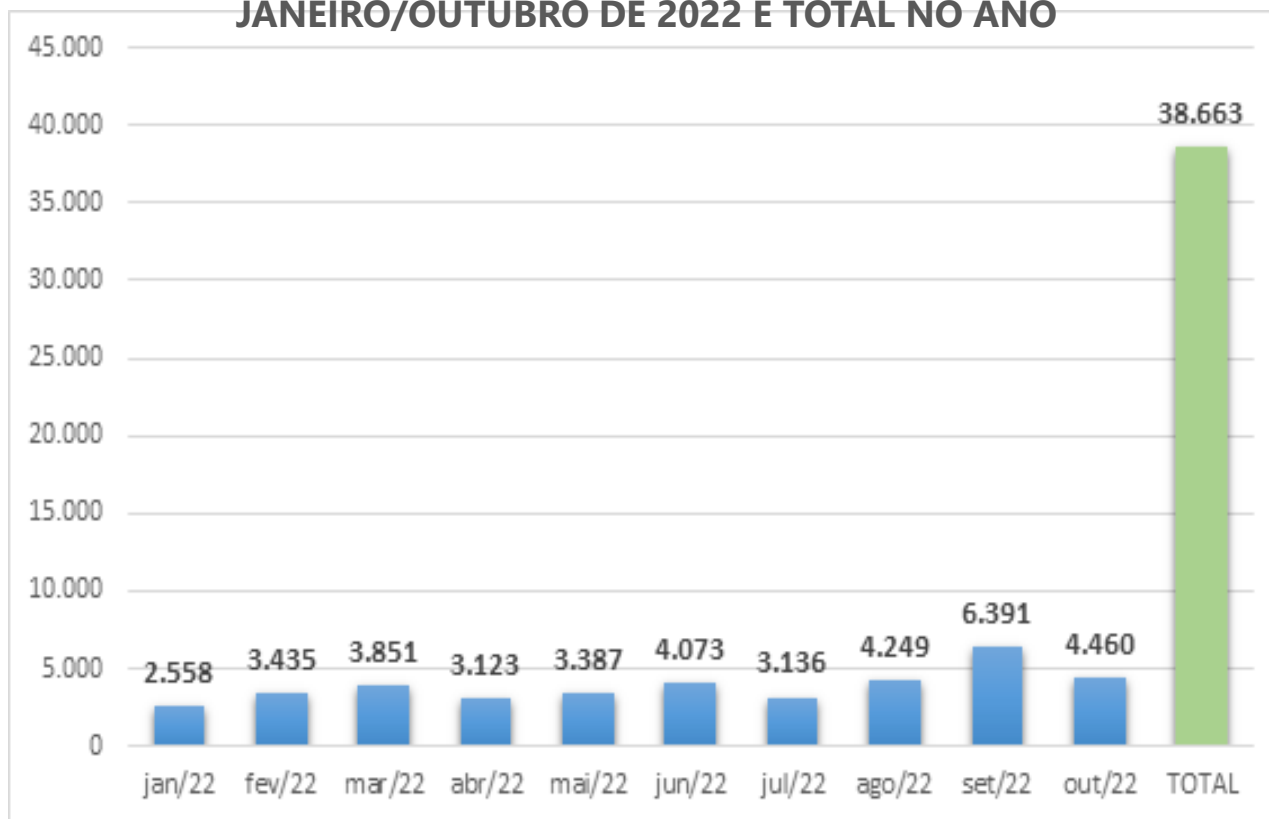
realização



ABRACONEE

Associação Brasileira dos Contadores
do Setor de Energia Elétrica

MERCADO DE ELETRIFICADOS (HEV+PHEV+BEV) NO BRASIL JANEIRO/OUTUBRO DE 2022 E TOTAL NO ANO



FONTE: ABVE

- As vendas de veículos leves eletrificados no Brasil nos dez primeiros meses de 2022 alcançaram um total de **38.663** veículos, superando em 10,5% os 34.990 de todo o ano passado.
- As vendas dos veículos 100% elétricos a bateria (BEV) chegou a **6.831** unidades emplacadas de janeiro a outubro de 2022 – um aumento de 41,5% sobre o total de veículos BEV de toda a série histórica registrada pela ABVE, de 2012 a 2021 (4.827).
- A ABVE estima que no Brasil já tem mais de **2.800** eletropostos públicos e semipúblicos em operação, afora a rede de recarga privada das concessionárias de veículos elétricos, com previsão de alcance de mais de 3 mil unidades até o final de 2022.

- O Boston Consulting Group (BCG) prevê que em **2030** os carros elétricos vão representar **5% da frota brasileira**, com vendas de 180 mil unidades ao ano, representando 2 milhões de carros e cerca de 400 mil pontos de carregamento.

Fonte: Diário do Comércio

- Parceria entre a gestora de estacionamentos Indigo Brasil e a startup de eletromobilidade GreenV está investindo na ampliação dos pontos de recarga para veículos elétricos (VEs) pelo país. Até o fim de **2025**, serão implantadas **350** novas zonas de abastecimento nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba e Porto Alegre.

Fonte: Agência EPBR

- A CPFL Energia estima que o Brasil precisará de **80 mil** eletropostos públicos até **2030** para acompanhar o ritmo de crescimento do mercado de veículos elétricos nacional, alcançando **2 milhões** de unidades em circulação.

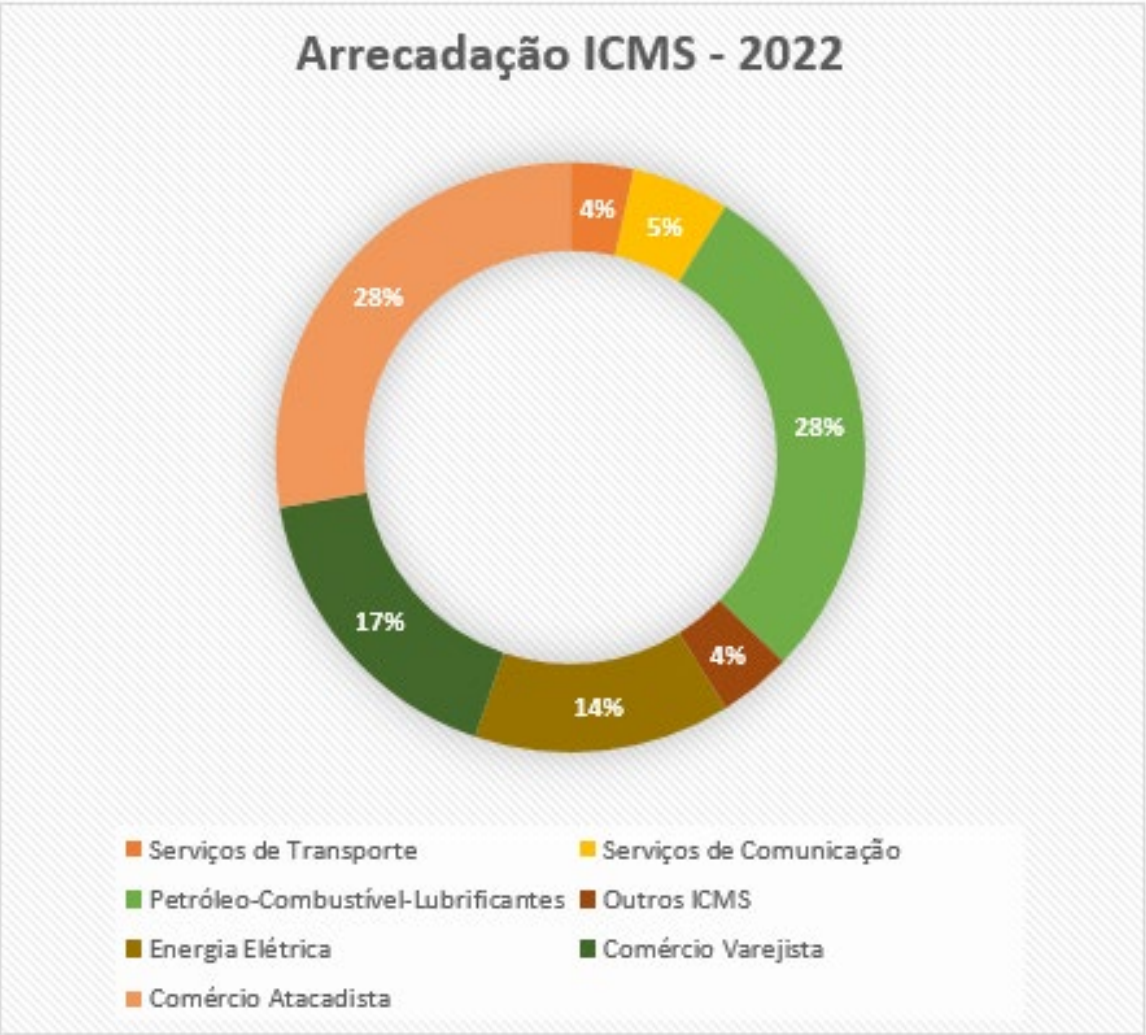
Fonte: Invest SP

- O diretor do negócio ônibus da Marcopolo, Rodrigo Pikussa, prevê que os ônibus elétricos devem corresponder à **metade** da frota do país em um prazo de **cinco a dez anos**. Em 2018, haviam quase **380** mil ônibus, de acordo com estudo realizado com dados de 2018 do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) e da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

Fonte: Exame

- Na Câmara dos Deputados tramita o Projeto de Lei 304/2017, do senador Ciro Nogueira (PP-PI), que proíbe, a partir de 1º de janeiro de 2030, a venda de veículos novos movidos a combustíveis fósseis, como gasolina, diesel e gás natural veicular (GNV).

Fonte: Câmara dos Deputados



Data de Atualização:
09/11/2022 20:32:31

Mês	Arrecadação
jan	R\$ 41.157.563.470
fev	R\$ 35.494.699.168
mar	R\$ 38.330.439.699
abr	R\$ 39.968.367.499
mai	R\$ 39.068.621.045
jun	R\$ 39.206.056.761
jul	R\$ 38.098.139.032
ago	R\$ 36.029.767.892
set	R\$ 36.872.587.426
out	R\$ 7.476.891.658
Total dos Subitens do ICMS	
R\$ 351.703.133.652	



PORTUGAL (DECRETO-LEI N° 39/2010 E PORTARIA 180/2011)



ESPANHA (DECRETO REAL N° 184/2022)



MODELO INGLÊS (INSTRUMENTO ESTATUTÁRIO 1.467/21)



MODELO AMERICANO (NOVO REGULAMENTO 12704/22)



BRASIL (RESOLUÇÃO N° 1000/2021)

No modelo internacional existe um certo consenso de que a recarga de veículo elétrico consiste numa modalidade de prestação de serviço. É um modelo mais maduro que resultou numa regulação mais detalhada e robusta em relação aos deveres e obrigações aos operadores e provedores, bem como direitos aos usuários de recarga. No Brasil, num primeiro momento optou-se por uma menor intervenção, estabelecendo apenas diretrizes gerais para que o próprio mercado se autorregule, garantido que as tarifas não se confundam com aquelas reguladas e cobradas pelas distribuidoras.

HISTÓRICO DA REGULAMENTAÇÃO DA ATIVIDADE DE RECARGA DE VEÍCULOS ELÉTRICOS



COMITÊ TRIBUTÁRIO

2015

Parecer Procuradoria - Aneel



Colher subsídios para regulamentação da atividade: (i) liberação do mercado; e (ii) redução de incertezas para atração de investimentos

Autorização de Estação de Recarga - Fornecimento de E.E pode caracterizar insumo para realização de atividades distintas da exploração dos serviços de E.E



2016-2017

Audiências Públicas
002/2016 - 029/2017

2018

Resolução 819/2019



(Revogada) Estabelecia os procedimentos e as condições para a realização de atividades de recarga de veículos



2021

Resolução 1000/2021
Regulamenta as estações de recarga de veículos elétricos

1 - Estação de recarga é uma unidade consumidora da classe consumo próprio; **2** - é permitida a recarga de VE que não sejam de titularidade da unidade consumidora; **3** - Exploração comercial a preços livres; e **4** - Atividade acessória da distribuidora.



É uma atividade competitiva, dissociada e distinta da atividade regulada que é a comercialização, fornecimento ou distribuição de energia elétrica.

O que é disponibilizado ao usuário é diferente do que é para o consumidor da energia elétrica.

Utiliza energia elétrica como insumo (Nota Técnica nº 0063/2018-SRD/ANEEL).

Os usuários de VE não se qualificam como consumidores de energia elétrica "carga móvel".

Atividade acessória à concessão de serviço público de fornecimento de energia.

A atividade de recarga de veículos, portanto, é uma **prestação de serviço!**

A atividade de recarga de veículos elétricos não pode ser considerada como entrega de mercadoria ou produto energia elétrica porque a empresa detentora da estação de recarga não detém autorização para comercialização e nem concessão para o fornecimento de energia elétrica para o usuário do serviço.

ICMS



CF/88. Art. 146. Cabe à lei complementar:

I - dispor sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;

Constituição Federal de 1988

Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:

II - operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior;

§ 2º O imposto previsto no inciso II atenderá ao seguinte:

IX - incidirá também:

b) sobre o valor total da operação, quando mercadorias forem fornecidas com serviços não compreendidos na competência tributária dos Municípios;

§ 3º À exceção dos impostos de que tratam o inciso II do caput deste artigo e o art. 153, I e II, nenhum outro imposto poderá incidir sobre operações relativas a energia elétrica, serviços de telecomunicações, derivados de petróleo, combustíveis e minerais do País.

Lei Complementar nº 87/1996

Art. 2º O imposto incide sobre:

IV - fornecimento de mercadorias com prestação de serviços não compreendidos na competência tributária dos Municípios;

ISSQN



Constituição Federal de 1988

Art. 156. Compete aos Municípios instituir impostos sobre:

III - serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, II, definidos em lei complementar.

Lei Complementar nº 116/2003

Art. 1º O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, tem como fato gerador a prestação de serviços constantes da lista anexa, ainda que esses não se constituam como atividade preponderante do prestador.

§2º Ressalvadas as exceções expressas na lista anexa, os serviços nela mencionados não ficam sujeitos ao Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, ainda que sua prestação envolva fornecimento de mercadorias.

Subitem 14.01 – Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, **carga e recarga**, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, **veículos**, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).



TRIBUNAIS SUPERIORES

STF, ADI 5659 SOFTWARE

Não incide o ICMS e sim o ISSQN. Prevaleceu o entendimento de que a atividade é uma obrigação de fazer em sentido amplo, cuja atividade está prevista na lista anexa à LC 116/2003.

STF, RE 605.552 FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO

Incide ISSQN no fornecimento de medicamentos produzidos por farmácias de manipulação, por encomenda. Entendeu-se que a atividade se enquadra como "serviços farmacêuticos" previsto na Lei Complementar nº 116/03.

STF, ADC 49 REMESSAS DE MERCADORIA

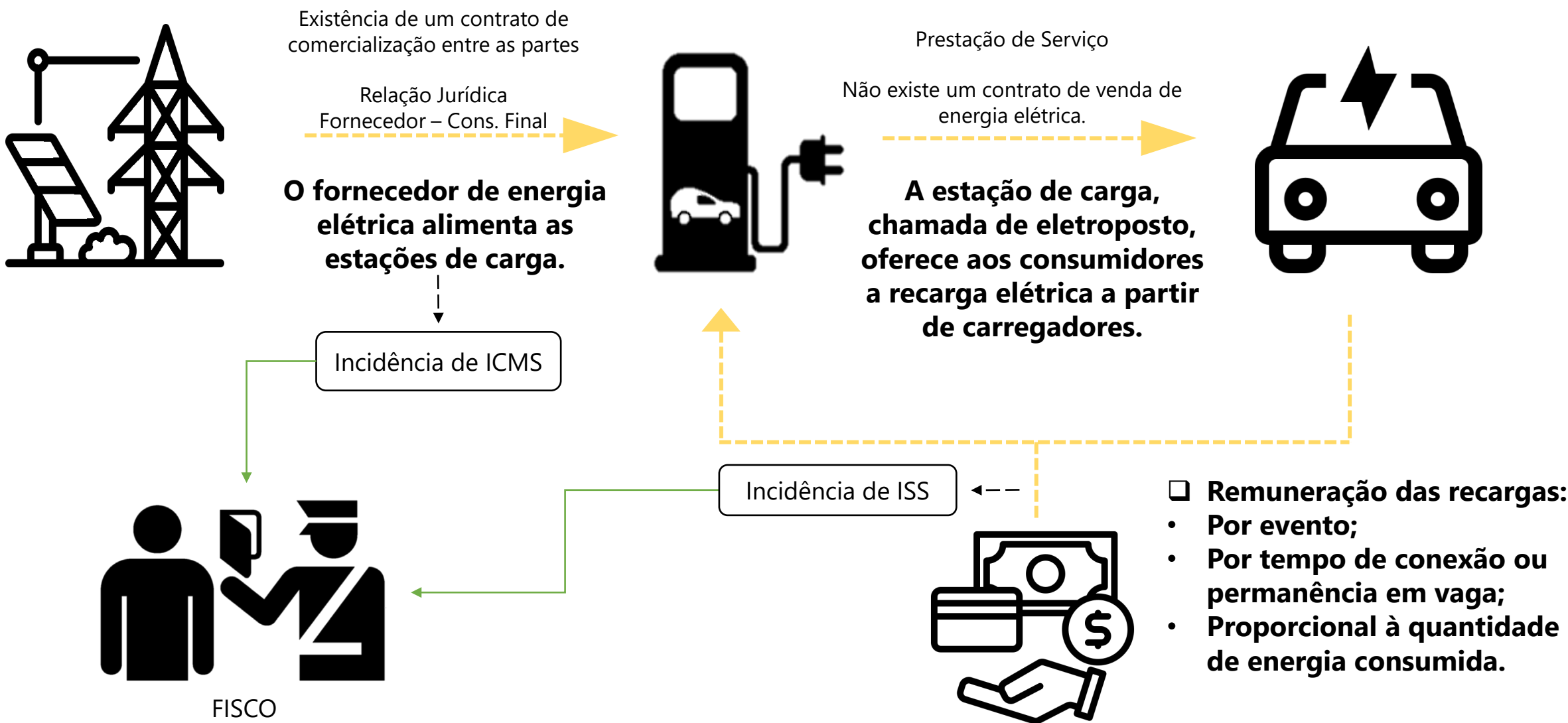
Não incide o ICMS em operações interestaduais entre estabelecimentos do mesmo titular. O entendimento foi que não há circulação jurídica na mera transferência, em razão da inexistência de bilateralidade.

STJ, AgRg no REsp 1135984 CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA

O ICMS não incide sobre as Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição, pois o fato gerador do imposto é a saída da mercadoria, na espécie, quando a energia elétrica é efetivamente consumida pelo contribuinte, circunstância que se consolida na sua fase de geração e não na distribuição e transmissão.

STJ, ED em Resp nº 456650/PR e Súmula 334 PROVEDOR DE INTERNET

Não incide o ICMS no serviço dos provedores de acesso à internet. Para o deslinde da questão o tribunal levou em consideração a natureza da prestação de serviço e o conceito delineado pela Lei Geral de Telecomunicações, diferenciando este serviço daquele de telecomunicação sujeito ao ICMS.

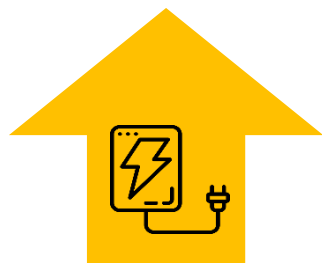


Cenário Comercial



Aumento de vendas de
Veículos Elétricos

=



Alta demanda
Energia Elétrica



Diminuição da
demanda
Combustíveis

Cenário Tributário



Aumento de vendas de
Veículos Elétricos



Incidência ISS

=



Aumento da
arrecadação de ISSQN



Aumento da receita
dos municípios

PERGUNTAS E QUESTIONAMENTOS





XXXVIII ENCONSEL

Encontro Nacional dos Contadores
do Setor de Energia Elétrica



COMITÊ TRIBUTÁRIO

19 a 23 de novembro de 2022
Costão do Santinho - SC

OBRIGADO!

realização



ABRACONEE

Associação Brasileira dos Contadores
do Setor de Energia Elétrica